

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: TCU questiona se pagamento por cessão onerosa estoura teto de gasto.....	2
Título: Delta capta segundo fundo e vê espaço para derivativos de energia	3
Título: Energisa obtém licença para linha no PA.....	5
Título: Curta.....	6
Título: Produção menor vai afetar Petrobras no 1º tri	6
Título: Occidental acirra disputa por Anadarko	8
Título: Justiça de MG manda Vale parar Brucutu pela segunda vez.....	10
Título: Resultado de siderúrgicas não anima mercado.....	11
Título: Para Estados, Plano Mansueto não é suficiente.....	13
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	14
Título: Petrobrás prevê investir US\$ 47 bilhões.....	14
Título: ‘Eles querem ser iguais a funcionários públicos’	15
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	17
Título: Leilão do pré-sal precisa de aval do Congresso, afirma ministro do TCU	17
VEÍCULO: O Globo.....	19
Título: Estado do Rio deve receber R\$ 162,3 bi em dez anos.....	19
Título: Rio quebra se STF mudar as regras de royalties	20
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	22
Título: Gás passa de R\$ 80 no DF	22

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 07/05/2019****Seção: Brasil****Autor: Rafael Bitencourt | De Brasília****Título: TCU questiona se pagamento por cessão onerosa estoura teto de gasto**

Durou pouco o entusiasmo do governo em formalizar ontem a entrega ao Tribunal de Contas da União (TCU) dos estudos técnicos sobre a revisão do contrato de cessão onerosa, firmado com a Petrobras, e o edital do leilão de venda do óleo excedente ao volume de 5 bilhões de barris previsto no mesmo contrato.

Após encontro dos ministros Paulo Guedes (Economia) e **Bento Albuquerque (Minas e Energia)** com o presidente da corte, José Mucio, veio à público o despacho do ministro do TCU Bruno Dantas questionando se o pagamento de R\$ 33 bilhões à estatal, com a revisão do contrato, infringiria a PEC do Teto de Gastos (EC 95/16) ou se ainda exigirá mudança na lei orçamentária deste ano.

Albuquerque, ao deixar a sede do tribunal, reiterou que não haveria necessidade de mudar a legislação para revisar o acordo, mas sem mencionar a questão orçamentária. Afirmou que o governo contará apenas com o aval do TCU.

Albuquerque falou com otimismo sobre cumprir mais uma etapa para realizar o leilão. "A reunião foi ótima. Cumprimos mais um rito desse processo de realização do leilão do excedente da cessão onerosa."

O posicionamento de Dantas veio em resposta à representação protocolada pelo deputado federal Paulo Pereira da Silva (Solidariedade-SP), o Paulinho da Força. Em seu posicionamento, o ministro do TCU ressalta a "extrema urgência" da atuação do tribunal.

"Considero imprescindível que este tribunal atue o quanto antes para garantir que o ressarcimento da Petrobras não ocorra em desacordo com a legislação vigente, pois seria inconcebível a realização do referido leilão sem que esteja juridicamente resolvida a forma como se dará esse pagamento."

O parlamentar chegou a solicitar que fosse expedida uma medida cautelar do tribunal para impedir o pagamento à Petrobras. Dantas, no entanto, apenas decidiu realizar oitiva com representantes do Ministério da Economia para que sejam feitos os devidos esclarecimentos.

No despacho, o ministro do TCU também não chegou a proibir a realização do leilão de venda do óleo excedente aos 5 bilhões de barris previstos no contrato

de cessão onerosa. Porém, ele reconheceu o risco de tal incerteza prejudicar a competição entre as petroleiras estrangeiras no dia 28 de outubro, data do leilão.

"Não há como admitir que o leilão ocorra em cenário de tamanha incerteza e insegurança, sob pena, dentre outras implicações, de se afugentar potenciais investidores, o que seria extremamente prejudicial para o país, especialmente no atual momento de crise fiscal, para o qual chamou atenção a unidade instrutora", afirmou Dantas, no despacho. O documento foi assinado no dia 2.

Ainda que o governo não tenha respondido formalmente às indagações do despacho, Dantas sinalizou que deve ser necessária, pelo menos, a adequação da lei orçamentária, o que desobrigaria o governo de mexer no Teto de Gastos. "É importante, inclusive, para que a matéria seja resolvida entre o governo e o Congresso Nacional, visto que, a priori, qualquer caminho que for escolhido para operacionalizar o ressarcimento da Petrobras precisará, em algum momento, da aprovação do Poder Legislativo, no mínimo para fins de inclusão no Orçamento."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/05/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Delta capta segundo fundo e vê espaço para derivativos de energia

O grupo Delta Energia captou R\$ 800 milhões em seu segundo fundo de investimentos, dando mais um passo na aproximação da energia com o mundo financeiro. Os recursos serão destinados exclusivamente a operações de compra e venda de energia com geradores, comercializadores e consumidores.

Este é o segundo fundo lançado pela Delta. O primeiro, cuja captação foi feita em parceria com a Credit Suisse Hedging-Griffo, captou R\$ 1 bilhão em setembro de 2017 com investidores de private banking do grupo suíço e famílias do círculo de relacionamento da empresa. Fechado para aportes ou resgates por cinco anos, até 2022, a expectativa de retorno desse primeiro fundo era de 20% a 25% ao ano.

Desta vez, um "grande fundo de investimento" estrangeiro é o cotista majoritário, e também houve aporte realizado pela própria Delta. Não há prazo para liquidação do fundo, nem retirada programada. "Evidente que se o investidor estiver satisfeito, ele continuará investindo, que é o que imaginamos que vai acontecer", disse Ricardo Lisboa, sócio do grupo Delta Energia.

Por razões contratuais, a companhia não divulgou o retorno esperado do fundo. "Será um bom retorno", limitou-se a comentar Luiz Fernando Vianna, que é presidente da Delta Energia Asset Management.

Com mais de 40 anos de experiência no setor elétrico, Vianna, que acumula no currículo experiências relevantes como as presidências da Copel e de Itaipu, tem a função de executar a meta de atingir R\$ 5 bilhões em recursos sob gestão da companhia até 2022.

"O fundo aproxima o mercado de energia do financeiro. Tradicionalmente, fundos investiam em ativos de energia, mas tanto o nosso primeiro quanto nosso segundo não vão investir em ativos", disse Vianna. A expectativa do executivo é de que os R\$ 5 bilhões sejam destinados à comercialização de energia, com foco no "lado financeiro" do negócio, mais do que no físico.

Instrumentos financeiros como derivativos de contratos de energia podem ser uma alternativa futura para investimentos do fundo. Lisboa faz parte do conselho da BBCE, plataforma eletrônica de leilão contínuo para comercialização de energia, que espera receber ainda neste ano a autorização da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para atuar como entidade administradora de mercado organizado de balcão, o que vai permitir o registro de derivativos de contratos de energia.

A construção desse mercado é um processo lento, uma vez que as transações de energia ainda envolvem baixa liquidez no país. "Construir um fundo como esse é um trabalho de mais de um ano, precisamos checar a disponibilidade de recursos, verificar o real funcionamento do formato", explicou Lisboa. Para ele "as oportunidades mudam de tempos em tempos", e a Delta tem como objetivo encontrar a melhor oportunidade para os investidores.

"Vejo como quase inevitável que no futuro o mercado de energia desvincule o físico do financeiro", disse Lisboa. Segundo ele, em países em que isso já aconteceu, com desenvolvimento de uma "clearing" voltada para energia, o resultado foi saudável para o setor, ao permitir mais formas de financiamento, por exemplo. "Imagino que daqui cinco anos, em vez de comprar bitcoin pelo celular, você poderá comprar energia elétrica", afirmou Lisboa.

Ao mesmo tempo em que se discute o avanço do mundo financeiro sobre o setor elétrico, o mercado livre de energia passa por discussões em torno do aumento da segurança das negociações, depois que algumas comercializadoras descumpriram contratos no início do ano e deram início a um efeito cascata de calotes. "Uma prova da solidez e credibilidade da Delta é que justamente num momento como esse conseguimos fazer a captação", disse Lisboa. Segundo ele,

o mercado pode ser sólido, "desde que se trabalhe com competência e responsabilidade".

A companhia iniciou as conversas com o investidor cotista do fundo antes dos problemas do mercado livre chamarem a atenção. "O investidor confiou na Delta, não tivemos nenhum problema porque fazemos uma análise de crédito criteriosa", disse Vianna.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/05/2019

Seção: Empresas

Autor: Marcelle Gutierrez | De São Paulo

Título: Energisa obtém licença para linha no PA

A Energisa Pará Transmissora II, do grupo Energisa, obteve licença de instalação da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (Semas) para a construção de empreendimento arrematado no leilão de transmissão nº 2, realizado em junho do ano passado.

Segundo a Energisa informou ontem em comunicado, a licença foi obtida em menos de oito meses após a assinatura do contrato de concessão, com o processo classificado pelo órgão emissor como não significativo em termos de impactos ambientais. "A obtenção dessa licença é de extrema importância para a frente ambiental e permitirá imediata mobilização dos canteiros de obras desse empreendimento", comentou a empresa em divulgado no fim da tarde de ontem.

Localizado no Pará, o projeto representará uma receita anual permitida (RAP) de R\$ 34 milhões e o prazo limite estipulado pela Aneel para energização dessa linha é março de 2023.

Em outro comunicado, a Energisa informou a conclusão da 11ª emissão de 500 mil debêntures simples, não conversíveis em ações, com esforços restritos, e valor nominal unitário de R\$ 1 mil. O montante total foi de R\$ 500 milhões, com remuneração prevista de IPCA, mais 4,6249% ao ano e 104% do CDI. O vencimento é 15 de abril de 2026.

Os recursos oriundos dessa captação serão destinados ao financiamento dos projetos de investimento em infraestrutura de distribuição de energia elétrica da Companhia de Eletricidade do Acre (Eletroacre) e das Centrais Elétricas de

Rondônia (Ceron), adquiridas em setembro do ano passado. As duas companhias pertenciam à Eletrobras.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/05/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curta

Lucro da AES Tietê

A AES Tietê obteve lucro atribuído a sócios da controladora de R\$ 62,01 milhões no primeiro trimestre, alta de 13,3% em relação ao mesmo período de 2018. A receita avançou 16,5%, a R\$ 501,01 milhões. O aumento é explicado pela alta das receitas vindas de contratos bilaterais, do Complexo Solar Guaimbê (adquirido em setembro) e de contratos de leilões de energia nova. Os custos e despesas operacionais cresceram 31,7% na comparação com igual período de 2018.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/05/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito, André Ramalho, Camila Maia e Rita Azevedo | Do Rio e de São Paulo

Título: Produção menor vai afetar Petrobras no 1º tri

A Petrobras deve reportar um resultado mais fraco no primeiro trimestre deste ano, em relação a igual período de 2018, de acordo com analistas consultados pelo **Valor**. A queda na produção de petróleo, motivada por paradas programadas de plataformas, deve pesar negativamente no resultado da Petrobras no período, cujos números serão divulgados hoje, após o fechamento do mercado financeiro. Também influenciarão o balanço a provisão de R\$ 1,3 bilhão relativa aos litígios envolvendo a empresa de sondas Sete Brasil e a nova norma contábil IFRS 16.

Na parte operacional, a companhia fechou o primeiro trimestre com queda de cerca de 5% na produção no Brasil, frente a igual período do ano passado. De acordo com dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a estatal produziu, em média, 1,871 milhão de barris diários entre janeiro e março.

A autarquia não explicou os motivos para a queda da produção no primeiro trimestre. A Petrobras, por sua vez, não tem divulgado, nos últimos meses, os

seus dados operacionais. No site da companhia, contam apenas as informações de produção de janeiro.

Na ocasião da última divulgação dos dados operacionais, a petroleira afirmou que a produção de janeiro havia sido impactada, principalmente, pela realização de manutenções nas plataformas P-74, Cidade de Mangaratiba, Cidade de São Paulo (no pré-sal da Bacia de Santos), Cidade de Niterói e P-58 (Bacia de Campos).

A produção total de óleo e gás da companhia somou 2,426 milhões de barris diários de óleo equivalente (BOE/dia) em março, o que representa alta de 4,7% frente a fevereiro, segundo a ANP. Nos três primeiros meses do ano, no entanto, houve uma retração de 3,5%, para uma média de 2,408 milhões de BOE/dia.

Com uma produção mais fraca da Petrobras nos primeiros três meses do ano, o BTG Pactual projeta lucro líquido ajustado da petroleira no período de R\$ 5,9 bilhões, com queda de 19% ante o primeiro trimestre de 2018. Para o banco, a receita deve somar R\$ 74,5 bilhões, alta de 6%, e o resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebtida, na sigla em inglês) deve chegar a R\$ 25,7 bilhões, praticamente estável.

"A boa notícia é que acreditamos que a maior parte do problema é reflexo da volatilidade do Brent, que afeta o resultado de refino, e as paradas de produção, que representam a principal causa da queda de 1,5% na produção de petróleo e gás no Brasil, de acordo com nossas estimativas", informa o BTG Pactual, em relatório assinado pelos analistas Thiago Duarte, Pedro Soares e Daniel Guardiola.

Na mesma linha, o UBS prevê que a Petrobras reportará um resultado mais fraco na comparação trimestral, devido à menor produção de petróleo e pelos menores preços da commodity. O banco, no entanto, enxerga a possibilidade de recuperação da produção da companhia em março, com uma tendência de alta no segundo trimestre.

O J.P. Morgan também tem uma visão otimista para a produção da Petrobras ao longo do ano, mas entende que o crescimento da produção de três plataformas da companhia que iniciaram o funcionamento neste ano ainda não foi capaz de compensar o impacto de outras unidades que estiveram em manutenção no período.

A casa de análise espera ainda uma performance tímida da Petrobras em refino, puxada pelo menor volume de vendas e pelas margens ainda afetadas pela realização de custos altos de estoques, mesmo que em ritmo menor que o do

quarto trimestre de 2018. O BTG também espera que a área de refino tenha resultados fracos no trimestre devido aos preços mais baixos de combustíveis, mas aponta que isso deve ser revertido no segundo trimestre se os preços do petróleo continuarem elevados.

Ainda sobre o refino, o Itaú BBA estima que a participação de mercado da Petrobras deve crescer em diesel, refletindo a tendência de declínio de importações. O banco projeta uma média de utilização da capacidade instalada das refinarias da estatal de 76%. O UBS também espera que os negócios de refino da empresa sejam afetados negativamente pelos menores volumes na base trimestral, mas com recuperação na taxa de utilização da capacidade, alcançando 80%.

Do ponto de vista contábil, o resultado da Petrobras deve sofrer influência da entrada em vigor da nova norma IFRS 16, que altera o padrão de reconhecimento contábil das operações de arrendamento e locações.

Com a mudança, o Credit Suisse prevê aumento em US\$ 28 bilhões do saldo da dívida financeira e do ativo imobilizado da Petrobras. Dessa forma, haverá uma reclassificação do fluxo de caixa: US\$ 7,2 bilhões que estavam em fluxo de caixa das operações vão para fluxo de caixa de financiamento.

Os analistas do banco destacam ainda que os resultados da estatal no primeiro trimestre serão afetados pela provisão de R\$ 1,3 bilhão relacionada ao caso da Sete Brasil.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/05/2019

Seção: Empresas

Autor: James Fontanella-Khan, Ed Crooks, Ortenca Aliaj e Anjli Raval | Financial Times, de Nova York e Londres

Título: Occidental acirra disputa por Anadarko

A Occidental Petroleum mudou a estrutura de sua oferta de US\$ 55 bilhões pela Anadarko Petroleum, aumentando a parcela em dinheiro numa tentativa de melhorar suas chances de vencer uma guerra de lances contra a gigante petrolífera Chevron pelos principais ativos da produtora de xisto dos Estados Unidos.

A companhia disse no domingo que aumentou a parte em dinheiro da oferta de US\$ 76 por ação, para patamar que lhe permitirá fazer uma proposta que não exigirá a aprovação de seus acionistas. Sob os novos termos, a oferta passa a

compreender US\$ 59 em dinheiro e 0,2934 ação ordinária da Occidental por ação da Anadarko.

"Nossa proposta revista não exige voto dos acionistas da Occidental, que vinha sendo repetidamente apresentado como motivo de vocês terem escolhido antes a oferta de US\$ 65 da Chevron e não a nossa de US\$ 76", escreveu o presidente-executivo da Occidental em carta para a Anadarko. Aos acionistas da petroleira alvo da aquisição estão sendo oferecidos 0,3869 ação da Chevron e US\$ 16,35 em dinheiro por ação da companhia.

A Occidental cobriu quase toda a sua oferta adicional em dinheiro com o prometido investimento de US\$ 10 bilhões da Berkshire Hathaway, de Warren Buffett, via ações preferenciais que irão pagar um dividendo de 8%. Além disso, a Berkshire recebeu a garantia de que poderá comprar até 80 milhões de ações ordinárias.

A iniciativa deverá irritar muitos acionistas da Occidental que são contra a transação. Vários deles já alertaram em particular que a companhia não deveria usar dinheiro de Buffett para privá-los de uma oportunidade de votar sobre os termos da proposta pela Anadarko. Outros reclamaram que o dividendo de 8% reservado para Buffett representará um dreno adicional do fluxo de caixa da Occidental.

"Achamos que há um risco de execução significativo no negócio com a Anadarko, que também aumentará significativamente a alavancagem financeira da Occidental", disse John Linehan, um gerente do fundo T Rowe Price Equity Income Fund, à revista "Barron" na semana passada. Ele acrescentou que a T Rowe Price "está muito preocupada com o fato da Occidental tentar evitar um voto dos acionistas".

Num comunicado divulgado na noite de domingo, a Anadarko disse que seu conselho vai "avaliar cuidadosamente" a nova proposta da Occidental, mas acrescentou: "O acordo de fusão com a Chevron continua valendo e consequentemente o conselho da Anadarko reafirma sua recomendação existente [para os acionistas] sobre a transação com a Chevron neste momento".

Carl Icahn, o investidor ativista, adquiriu uma pequena participação na Occidental, segundo informou a Bloomberg, e pessoas que conversaram com ele recentemente disseram que o bilionário de Nova York deverá se opor à transação.

Os novos termos do negócio, com o aumento da parcela em dinheiro de cerca de US\$ 19 bilhões para cerca de US\$ 30 bilhões, aumentará a tensão sobre o balanço da Occidental. Sob os termos anteriores, o endividamento líquido do grupo combinado seria de cerca de US\$ 42 bilhões, segundo Jason Gammel, analista da Jefferies.

A Moody's disse que se a proposta tivesse sido aprovada sob as condições anteriores, ela deixaria a Occidental com "uma classificação de grau de investimento fraca" e que os novos termos aumentarão o risco de um rebaixamento para a categoria "junk". As novas condições tornam ainda mais importante para a Occidental, se ela vencer a disputa, obter a esperada economia anual de custos e com investimentos de US\$ 3,5 bilhões, e que os preços do petróleo não caiam.

Na noite de domingo, a Occidental divulgou os resultados do primeiro trimestre, que mostraram uma queda de 9% no lucro, menor que a esperada pelos analistas. O lucro por ação do trimestre foi de US\$ 0,84, contra a previsão média dos analistas de US\$ 0,73. A receita de US\$ 2,35 bilhões caiu 4%, mas a produção cresceu 18% para 719 mil barris de equivalente de petróleo por dia.

As condições de negócio revistas pela Occidental seguiram-se ao anúncio feito anteriormente pela companhia no domingo, de que ela concordou em vender os ativos da Anadarko na África para a gigante francesa de energia Total por US\$ 8,8 bilhões. Esse acordo de venda está condicionado à Anadarko aceitar os termos revistos da Occidental.

O acordo provisório de venda dos ativos africanos da Anadarko, que inclui seus projetos de gás natural liquefeito em Moçambique, além de seus projetos de exploração de petróleo na Argélia, Gana e África do Sul, ajudariam a Occidental a bancar o negócio.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/05/2019

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes e Marcos de Moura e Souza | Do Rio e de Belo Horizonte

Título: Justiça de MG manda Vale parar Brucutu pela segunda vez

A Vale sofreu ontem novo revés em suas operações em Minas Gerais. A mineradora foi intimada pela Justiça a paralisar novamente a produção de Brucutu, a principal mina da empresa no Estado, com capacidade de 30 milhões de toneladas anuais de minério de ferro.

A nova paralisação de Brucutu é consequência de um recurso impetrado pelo Ministério Público do Estado no âmbito de ação civil pública contra a Vale. Em decisão monocrática, o desembargador Marcelo Rodrigues, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ-MG), aceitou os argumentos do MP estadual para suspender o uso da barragem de Laranjeiras, da qual Brucutu depende para operar.

A Vale disse que foi intimada ontem da decisão que suspendeu medida judicial anterior que autorizava a retomada das atividades de Laranjeiras e de Brucutu. "Consequentemente, as operações a úmido de Brucutu foram paralisadas, em cumprimento à referida decisão do TJMG." A produção a úmido é quase 100% de Brucutu, segundo analistas.

A Vale afirmou que a barragem de Laranjeiras e todas as demais estruturas geotécnicas de suporte à operação de Brucutu possuem Declarações de Estabilidade (DCE) positivas e vigentes, emitidas por auditores externos em março de 2019, e que está adotando as medidas cabíveis quanto à referida decisão judicial.

Mesmo com a decisão desfavorável, a mineradora reafirmou sua meta de vendas de minério de ferro e pelotas para este ano em uma faixa que vai de 307 milhões de toneladas a 332 milhões de toneladas. O número havia sido informado anteriormente pela companhia. A Vale acrescentou que a expectativa atual é que as vendas fiquem entre o mínimo e o centro da faixa de vendas.

Na decisão, o magistrado argumenta que o efeito suspensivo da decisão anterior que liberou a barragem de Laranjeiras deve considerar "o risco de dano grave ou de difícil ou impossível reparação". Para o desembargador, se faz necessário que peritos garantam a estabilidade da barragem de Laranjeiras. A decisão é datada de 25 de abril, mas a mineradora somente foi notificada ontem. O **Valor** apurou que a mineradora considera que não há fundamento para a decisão e tentará revertê-la. A primeira paralisação de Brucutu ocorreu em fevereiro. Em abril, a empresa conseguiu decisão favorável do TJ-MG para retomar Brucutu, mas agora vai precisar recorrer novamente.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/05/2019

Seção: Empresas

Autor: Ana Paula Machado | De São Paulo

Título: Resultado de siderúrgicas não anima mercado

O baixo crescimento da economia no primeiro trimestre deste ano deve afetar os resultados financeiros das siderúrgicas CSN e Gerdau. O que irá sustentar os balanços dessas empresas no período, na opinião de analistas consultados pelo **Valor**, será justamente as operações fora do país, no caso da Gerdau, e a área de mineração na CSN. As duas empresas divulgam seus números amanhã.

Para a analista de siderurgia da Coinvalores, Sabrina Cassiano, além da fraca atividade econômica, o aumento dos custos também será um fator importante de desaceleração das companhias.

"A siderurgia deve apresentar resultados mais fracos neste primeiro trimestre. A Gerdau deve ter o seu balanço sustentado pela operação americana e a CSN tem na mineração um fator que irá compensar as perdas na produção de aço para o mercado interno. O preço do minério está em franca expansão", disse Cassiano.

Os analistas Daniel Sasson e Carlos Eduardo Schmidt, do Itaú BBA, esperam que a CSN seja o destaque do período, auxiliada por melhores resultados na divisão de mineração, enquanto a Gerdau deve apresentar "resultado sem brilho e deve reportar um declínio sequencial do Ebitda".

Na prévia do Itaú BBA, a Gerdau deverá apresentar queda de 5% no primeiro trimestre deste ante o mesmo período de 2018, no lucro antes juros, impostos, depreciação e amortização, na sigla em inglês Ebitda. O indicador deverá atingir R\$ 1,4 bilhão. Já na CSN o Ebitda deverá alcançar R\$ 1,64 bilhão, alta de 32%, puxada principalmente pela divisão de mineração.

"Esperamos que as siderúrgicas brasileiras divulguem resultados decepcionantes no primeiro trimestre na divisão de aço, impulsionados por volumes ainda fracos no mercado interno, preços mais baixos do aço e maiores custos de produção."

Na XP Investimentos a estimativa de Ebitda da Gerdau é de R\$ 1,53 bilhão, alta de 9,3% no comparativo com o mesmo período do ano passado. Já a receita líquida deve alcançar 10,72 bilhões, o que representará queda de 1,6%. Os analistas da corretora também apontam o fraco desempenho no mercado interno o fator para a queda na receita.

Já na CSN, a estimativa é de um Ebitda de R\$ 1,57 bilhão, pequena alta de 0,7% no período, e receita líquida de R\$ 6,1 bilhões.

Para os analistas do Santander, Daniel Getwehr e João Noronha, o Ebitda da CSN deverá alcançar R\$ 1,65 bilhão, alta de 34%. No primeiro trimestre deste ano, o resultado líquido estimado pelo banco será de R\$ 688 milhões, o que representará queda de 53% no período. Isso muito explicado pelas vendas de

ativos que a companhia promoveu ao longo de 2018. Para a Gerdau, a expectativa do Santander é de um resultado líquido de R\$ 641 milhões no primeiro trimestre, o que representa alta de 45%. Já o Ebitda deverá alcançar R\$ 1,61 bilhão, crescimento de 9%.

Para o Morgan Stanley, a CSN deverá atingir receita de R\$ 6 bilhões, Ebitda de R\$ 1,54 bilhão e resultado líquido de R\$ 317. Já a Gerdau pode apresentar receita de R\$ 10,5 bilhões, Ebitda de R\$ 1,4 bilhão e resultado líquido de R\$ 369 milhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/05/2019

Seção: Brasil

Autor: Fábio Pupo | De Brasília

Título: Para Estados, Plano Mansueto não é suficiente

O plano de equilíbrio financeiro (PEF) prestes a ser lançado pelo Ministério da Economia para socorrer Estados não vai solucionar a crise vivida pelos entes, apesar de representar um alívio financeiro bem-vindo. A opinião é de diferentes secretários da Fazenda e economistas que participaram ontem do seminário "Como resolver a crise dos Estados?", realizado pelo **Valor** e pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV/Ibre).

O Plano de Equilíbrio Financeiro (PEF) já foi anunciado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, e prevê apoio federal aos Estados em troca de contrapartidas - como medidas de ajuste fiscal e abertura dos mercados regionais de distribuição de gás. Pela proposta, ainda não totalmente detalhada, entes que não têm nota suficiente no sistema de ratings do Tesouro (ou seja, C e D) poderiam voltar a contratar operações de crédito com garantia da União. Para isso, devem manter um certo nível do indicador de poupança corrente líquida.

Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, secretária da Fazenda de Goiás, afirmou que o problema dos Estados não vai ser solucionado com o plano. "Não é uma bala de prata, não é isso que vai resolver meu problema. Se algum Estado está pensando que a solução está aí, não é verdade", disse. Segundo ela, no entanto, o plano é importante por conceder um "alívio" no curto prazo. "Mês a mês, tenho um déficit de R\$ 200 milhões para enfrentar. O PEF vai minimizar a dor do Estado pois quem está pagando o pato [do desequilíbrio fiscal] é a sociedade, seja com uma maternidade sendo fechada ou uma rodovia esburacada", disse.

Estados com rating melhor não estão interessados no plano, já que podem se financiar atualmente com garantias da União por terem indicadores positivos. Parte, inclusive, não acha justo um plano que auxilie entes que descuidaram das contas. Por isso, alguns secretários já se movimentam com demandas por outros tipos de benefícios.

Fernanda Pacobahyba, secretária da Fazenda do Ceará, diz que o PEF não vai trazer medidas favoráveis para o Estado. Com nota B no sistema de rating do Tesouro, o ente já pode contrair dívidas com garantia da União. Por isso, pede outros tipos de benefício. "Tem que ter alguma coisa, algum tipo de auxílio. Especialmente no alongamento da dívida, até para dar um estímulo. O pessoal rasgou [dinheiro] e recebe prêmio, e a gente não? É uma medida de justiça", disse.

Se no curto prazo o plano de auxílio aos Estados (também chamado por Guedes de "plano Mansueto") representa um alívio, no médio e longo prazo medidas estruturais serão necessárias. A mais mencionada delas foi a reforma da Previdência, para melhorar o gasto com inativos. Os entes já estão incluídos no texto enviado ao Congresso (embora haja movimentos para retirá-los). Mesmo assim, reformas dos próprios entes devem ser necessárias.

Nelson Barbosa, pesquisador associado do FGV/Ibre e ex-ministro da Fazenda e do Planejamento, afirma que os governadores terão de fazer mudanças no sistema de aposentadorias. "Isso vai ter que passar inevitavelmente pelas Assembleias estaduais", disse. Outra medida citada como necessária é a reforma administrativa, para lidar com a folha de pagamento de ativos, além de vendas de ativos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 07/05/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: Petrobrás prevê investir US\$ 47 bilhões

A Petrobrás prevê investir US\$ 27 bilhões no pré-sal e US\$ 20 bilhões no pós-sal, nos próximos cinco anos. A petroleira deve ter mais 11 sistemas de produção no período, sendo sete no pré-sal. "Nossa agenda está baseada em exploração, foco no pré-sal e transformação digital", disse Rudimar Lorenzatto, diretor da estatal. A empresa deverá ter 62 poços de exploração offshore entre 2020 e 2023. Segundo ele, a Petrobrás está se preparando para o aumento de 20% no consumo global de energia nos próximos 20 anos. /AGÊNCIA ESTADO

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 07/05/2019****Seção: Economia****Autor: Idiana Tomazelli Adriana Fernandes / BRASÍLIA****Título: 'Eles querem ser iguais a funcionários públicos'**

Entrevista

Marcelo Guaranys, secretário executivo do Ministério da Economia

Segundo Guaranys, há setores que querem ser como servidores: ter demanda estável, sem risco, trabalhando pouco

O secretário executivo do Ministério da Economia, Marcelo Guaranys, afirma que o governo trabalha em uma série de medidas para melhorar o ambiente econômico, mas sem recorrer a novos benefícios. Na direção contrária, a equipe econômica trabalha para cortar os subsídios em um terço até o fim de 2022, como antecipou o Estadão/ Broadcast. Confira os principais trechos da entrevista:

Há pedido cada vez maior por uma agenda além da reforma da Previdência.

Quais medidas estão sendo preparadas?

É importante entender o que não é. Sabemos o que foi a linha de fomento nos últimos anos: pacote de subsídio, benefício tributário, benefícios para determinados setores. Eu fiquei na Casa Civil dois anos e meio, toda semana um setor produtivo chegava lá para pedir a mesma coisa: ou subsídio, ou isenção só para ele, ou mais proteção no mercado, ou uma demanda estável. Tem setor que quer demanda estável. Todo mundo quer ser funcionário público. O cara quer o mesmo salário, sem risco, trabalhando pouco e se aposentar ganhando o mesmo salário. É isso que esses caras querem. Reclamam de funcionário público, mas querem ser iguais. A ideia não é essa. Aqui o próprio Carlos da Costa (secretário especial de Produtividade, Emprego e Competitividade) já diz: proibido pedir subsídio, proibido pedir isenção, proibido pedir benefício. É um novo mundo. Não temos dinheiro para gastar, mais benefício para dar. Vamos trabalhar no que é bom para melhorar a competitividade de todo mundo.

O que é preciso fazer além da reforma da Previdência?

É uma estratégia geral para termos um tamanho de Estado necessário para a prestação adequada dos serviços públicos. Não é de um dia para o outro que vou acabar com esses problemas. Os benefícios e proteções, eu posso tirar, mas aí eu vou ter uma ruptura. O ideal, e isso está na estratégia do ministro, é o gradualismo na liberalização da economia. Por isso que o desenho (do Ministério) é importante. São sete áreas trabalhando ao mesmo tempo, concatenadas sob a mesma condução, para que tudo seja feito ao mesmo

tempo. A gente está gastando muito tempo com a reforma previdenciária, mas cada área tem medidas. Não das medidas tradicionais, "vamos botar subsídio, vamos dar um benefício". Sob Waldery (Rodrigues Junior, secretário especial de Fazenda), tem a questão da redução dos subsídios tributários, medidas para melhorar a racionalidade dos nossos gastos. O Carlos da Costa anunciou o pacote dele, quatro programas.

Quando as pessoas verão o resultado dessas medidas?

Mas o que é o resultado? O que é a medida que se espera? Se eu não vou dar dinheiro, eu vou permitir que ele busque dinheiro mais fácil. Isso é fazer uma mudança de custo. A economia às vezes é tão complexa, gera tanto custo, mesmo programas beneficiados, tipo conteúdo local da Dilma. Aquilo é puro custo de transação. Quanto tempo a gente demora para pagar tributo no Brasil? As regras são tão complexas. Como eu concretizo essas medidas? Ou uma mudança de procedimento, ou um ato normativo. Ato normativo é portaria, decreto, medida provisória ou lei. Isso tem um pipeline para fazer. O Pró-mercados é a missão principal do Carlos. É "search and destroy" (procurar e destruir), procurar as barreiras da concorrência e ver no que a gente pode avançar. Só que uma barreira de concorrência não necessariamente está dentro da alçada dele para fazer uma portaria e mandar acabar. É sempre convencer alguém a fazer alguma coisa. O mercado de gás, por exemplo. Não temos a caneta para ir lá e abrir o mercado de gás. A gente tem o poder de articular junto às outras pastas para buscar medidas de competitividade.

O que podemos esperar dessas medidas. São coisas para já?

Todas as medidas já estão em andamento. No Simplifica Mais, reformulação do eSocial, agilização dos processos produtivos básicos, registro único de regularidade fiscal, isso tudo são coisas que já estamos começando a trabalhar. No setor de gás, por exemplo, quando as medidas começarem a ser discutidas pela ANP e todo mundo souber, já está se movimentando. Os caras que querem investir em gás vão começar a preparar dinheiro para poder colocar no País. Petrobrás desinvestir de alguma coisa, esse cara vai comprar porque vai saber que terá maior concorrência no mercado de gás, que vai ter abertura do gasoduto para ele poder transportar o gás dele.

E as medidas de crédito?

Sachsida (Adolfo Sachsida, secretário de Política Econômica) tem um pacote de medidas prontas para começar a soltar. E ele está começando a discutir isso tudo, grau de maturidade para soltar, está alinhando com o ministro. Tudo que precisa de Congresso, a gente tem que ter um alinhamento político um pouco mais fino. Por exemplo, MP da Liberdade Econômica. Tem que ver quantas MPs tem no Congresso, se há o risco de elas caírem, se atrapalha o andamento das outras. Não pode concorrer com a reforma da Previdência.

Sobre o timing político do envio das medidas, qual vai ser a estratégia da equipe econômica?

O máximo possível de medidas que não dependam do Congresso. A reforma da Previdência é a nossa principal discussão agora, mas tem outras medidas que para nós são importantes, MP do saneamento, abertura do capital estrangeiro (nas aéreas), acabamos de mandar MP da liberdade econômica, que vai direto nessa questão da regulação excessiva. As pessoas querem investir no Brasil e não conseguem.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 07/05/2019

Seção: Mercado

Autor: Julio Wiziack

Título: Leilão do pré-sal precisa de aval do Congresso, afirma ministro do TCU

Relator do assunto diz que é preciso garantir antes que Petrobras seja indenizada em US\$ 9 bi pelo contrato da cessão onerosa

Brasília- O leilão da cessão onerosa não poderá ocorrer sem passar pelo Congresso e, até lá, a União não poderá fazer o pagamento à Petrobras. A decisão é do ministro do TCU, Brimmo Dantas, relator do assunto no TCU (Tribunal de Contas da União).

"Seria inconcebível a realização do referido leilão sem que esteja juridicamente resolvida a forma como se dará esse pagamento", escreveu o ministro em seu despacho.

Nesta segunda (6), os ministros da Economia e de Minas e Energia foram ao TCU entregar toda a documentação referente ao acordo entre a União e a Petrobras e que resultará, em outubro, no megaleilão capaz de trazer até R\$ 100 bilhões para o caixa do governo.

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, afirmou ter cumprido todas as exigências feitas previamente pelo TCU e não via necessidade de enviar projeto de lei ao Congresso para a realização do certame.

Albuquerque (Minas e Energia) disse esperar apenas pelo aval do tribunal para dar prosseguimento ao leilão.

Segundo o ministro, não é necessária a aprovação de um projeto de lei para executar o leilão, apenas o sinal verde do órgão de controle.

"Para o leilão do excedente [da área da cessão onerosa], entendemos que não é [necessário projeto de lei], e o próprio TCU já disse que tem o mesmo entendimento em relação a isso", disse Albuquerque.

Segundo Dantas, não há garantia de que a Petrobras será paga, mesmo depois de realizado o megaleilão. Isso porque há chances de que a União estoure o teto de gastos ao fazer esse pagamento.

A preocupação do ministro do TCU partiu de uma análise prévia de técnicos da Secretaria de Macro avaliação Governamental (Semag), que audita as contas de governo.

Além disso, ainda segundo o ministro, a Petrobras é uma empresa de economia mista, com ações negociadas em Bolsa e sócios minoritários, "não sendo razoável imaginar que ela irá arcar com o risco de compactuar com a continuidade do referido leilão se não houver segurança quanto à forma como se dará seu ressarcimento".

"Qualquer caminho que for escolhido para operacionalizar o ressarcimento à Petrobras precisará, em algum momento, da aprovação do Poder Legislativo, no mínimo para fins de inclusão no Orçamento."

Segundo pessoas que participam das discussões, a preocupação do ministro Dantas é garantir que a estatal seja paga antes do leilão. Como isso, segundo os técnicos do tribunal, não será possível sem que a União estoure o teto de gastos neste ano, seria preciso uma garantia legal de que a estatal receberá o dinheiro depois de realizado o certame.

O despacho foi uma resposta a uma representação feita pelo deputado federal Paulo Pereira da Silva, o Paulinho da Força Sindical, hoje um dos braços políticos mais atuantes do centrão. O bloco ameaça as principais votações do Planalto devido oposição do governo de Jair Bolsonaro de hostilizar a classe política.

Fechado no início de abril, o acordo entre a União e a Petrobras prevê que a estatal será indenizada em US\$ 9 bilhões. Esse valor será pago depois que a União vender os campos do pré-sal regidos pelo contrato da cessão onerosa.

Esse acordo foi assinado em 2010 porque, sem recursos à época para investir na exploração do pré-sal, a União cedeu a exclusividade de exploração em cinco campos para a Petrobras em troca de não ter diluída sua participação acionária na empresa.

O limite de exploração foi de 5 bilhões de barris. No entanto, posteriormente, descobriu-se que esse potencial chega a 12 bilhões de barris. Por isso, o governo quer leiloar o excedente (7 bilhões de barris).

Colaborou Mariana Carneiro

VEÍCULO: O Globo

Data: 07/05/2019

Seção: Economia

Autor: BARBARA NOBREGA

Título: Estado do Rio deve receber R\$ 162,3 bi em dez anos

Levantamento da Firjan mostra que 82% dos investimentos serão no setor de petróleo e gás

O Rio de Janeiro deve receber R\$ 162,3 bilhões em investimentos nos próximos dez anos, mostra estudo da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan). Deste total, 82% do potencial serão no setor de petróleo e gás natural. O "Mapa dos investimentos no Estado do Rio de Janeiro (2019)" não traz o número de postos de trabalhos que serão abertos no período, mas sinaliza que fatores como a aprovação da reforma da Previdência e a melhoria da segurança pública podem potencializar esses investimentos.

— Consideramos apenas os investimentos confirmados, que tenham linha de financiamento ou licenciamento definidos. Alguns são de curto prazo, de dois a cinco anos, e outros mais longos, de até dez anos. O hub de gás do Porto do Açu, no Norte Fluminense, por exemplo, já é para 2021. E muitos desses investimentos já começaram — explica Fernando Aguiar, presidente da Firjan Norte Fluminense.

Na pesquisa, estão listados 111 grandes empreendimentos, dos quais 24 contam com a participação direta de empresas estrangeiras, representando 36% do investimento (cerca de R\$ 59 bilhões). Entre as companhias envolvidas estão Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Petrobras, a americana Exxon, a japonesa Nissan e a francesa DCNS, que atua no Programa de Desenvolvimento de Submarinos da Marinhado Brasil (Prosub).

R\$ 2,1 BI PARA A CAPITAL

Entre os setores analisados, o de petróleo e gás lidera a participação nos investimentos, com R\$ 133,2 milhões, seguido da indústria de transformação, com R\$ 19,8 milhões. Na capital, há R\$ 2,1 bilhões em investimentos confirmados.

— Boa parte do nosso PIB está ligado ao petróleo, então a retomada da economia acaba relacionada a esse setor — comenta Aguiar.

VEÍCULO: O Globo**Data: 07/05/2019****Seção: Rio****Autor:****Título: Rio quebra se STF mudar as regras de royalties****ENTREVISTA**

Luiz Claudio Rodrigues de Carvalho / secretário estadual de fazenda

Pagamento aos aposentados será suspenso imediatamente, segundo ele, caso o Supremo autorize, em novembro, alterações na partilha dos recursos do petróleo

Secretário de Fazenda do governo do Rio, Luiz Claudio Rodrigues de Carvalho prevê um rombo crescente nas finanças nos próximos anos. Ele diz que a situação poderá ficar insustentável caso o Supremo Tribunal Federal decida, em julgamento previsto para novembro, alterar a regra de partilha dos royalties de petróleo: "Já não teremos dinheiro para pagar aos aposentados no dia seguinte". A Lei dos Royalties, sancionada em 2013, prevê o aumento do repasse de dinheiro a estados e municípios não produtores e a redução da parcela destinada aos estados e municípios onde há extração, como o Rio. O trecho referente à divisão, contudo, foi suspenso liminarmente pela ministra Cármen Lúcia, e caberá ao plenário do STF manter ou derrubar essa decisão. Luiz Claudio defende ainda que o plano de ajuste fiscal, celebrado com a União, seja, no ano que vem, renovado até 2023.

PAULO CAPPELLI

Em documento à Assembleia Legislativa, o senhor diz que, mesmo com a recuperação fiscal, a previsão para o ano que vem é de um déficit de R\$ 11,3 bilhões, superior aos R\$ 8 bilhões citados no orçamento aprovado para este ano. Porquê?

No total de seis anos no Regime de Recuperação Fiscal, estimo que o estado vai deixar de pagar R\$ 31 bilhões. Mas só isso não é suficiente. A gente tem que fazer a economia do estado crescer estruturalmente, para aumentar a arrecadação dos impostos. Precisamos de mais do que o plano de recuperação fiscal, de apoio da União.

Outros governos fluminenses também se escoraram no governo federal em busca de estabilidade financeira. Isso não é terceirizar o problema?

Quem tem o controle das alavancas macroeconômicas é a União. A União é que decide sobre taxa de juros, que determina crédito e empréstimo de dinheiro,

sobre a taxa de câmbio. É a União que tem ferramentas para financiamento, como o BNDES, e o poder de fazer uma ampla reforma da Previdência. A União tem as principais estruturas produtivas do estado: as rodovias, os portos e os aeroportos. A Petrobras tem que voltar a investir na exploração e produção de petróleo, da qual o Rio é o principal produtor.

Falando em petróleo, o Supremo Tribunal Federal (STF) marcou para 20 de novembro o julgamento que pode mudar o esquema de repartição dos royalties entre estados produtores e não produtores. De que forma essa decisão pode impactar as finanças do estado?

Simples: se o Supremo entender que tem que distribuir royalties, é para a gente entregar a chave e falar: "administra". O estado quebrou. Já não teremos dinheiro para pagar aos aposentados no dia seguinte. Como um estado com a situação fiscal do Rio vive com menos R\$ 15 bilhões por ano? Eu não sou ministro do Supremo, mas, na minha opinião, a lei federal que muda o esquema de divisão é um absurdo, ela não é constitucional.

Há risco de atraso nos pagamentos este ano?

Este ano não tem nenhum risco de isso acontecer. Já temos condições financeiras para pagar todos os nossos compromissos. Arrecadamos, por exemplo, R\$ 1,2 bilhão a mais este ano com combate à sonegação fiscal e revisão de benefícios fiscais em comparação com o mesmo período do ano passado.

O que acontecerá em setembro de 2020, quando termina a carência para o pagamento da dívida com a União prevista no plano de ajuste? Há condições de pagar?

Na estrutura atual do estado, não. Salvo o barril de petróleo a US\$ 150, salvo a Reforma da Previdência 100% aprovada, salvo um chinês comprar o Comperj, salvo algo extraordinário, não há condições de se voltar a pagar no ano que vem. A despesa cresce numa velocidade maior que a receita. Vamos tentar negociar com a União uma nova mudança no início do pagamento da dívida. Talvez por mais um ano, um ano e meio. A gente atrasaria o início do pagamento, mas aumentaria a velocidade depois.

O governo cogita aprovar um texto base para Reforma da Previdência e depois passar para estados e municípios a responsabilidade de detalhar algumas ações. O Rio tem um projeto?

Não. O que era possível fazer no estado, já foi feito: o aumento da alíquota de contribuição dos servidores, que foi de 11% para 14%, e a implementação da

previdência pelo regime de capitalização, que ocorreu em 2013. Acho que a Reforma da Previdência tem que ter um padrão nacional.

A Cedae será privatizada?

Está no plano de recuperação fiscal a venda da Cedae. A gente está aguardando a modelagem do BNDES, que nos deverá ser entregue em até 50 dias. Esse dinheiro, cerca de R\$ 4 bilhões para quitar o empréstimo de R\$ 2,9 bilhões com o BNP Paribás em 2017, virá da Cedae, mas não necessariamente da venda. São três alternativas: a venda, a abertura de capital, conhecida como IPO na sigla em inglês, ou a cisão da Cedae, que seria um misto de PPPs com concessões da área de distribuição de algumas regiões.

Por ser mais fácil, o senhor é a favor da privatização?

Acho que a última coisa que tem que ser levada em consideração é se é fácil ou difícil de executar. O que tem que ser levado em consideração é qual o máximo que o estado recebe. É uma equação difícil.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 07/05/2019

Seção: Economia

Autor: Marina Torres e Thaís Moura

Título: Gás passa de R\$ 80 no DF

O reajuste no preço do botijão de gás, anunciado pela Petrobras na última sexta-feira, em vigor desde domingo começa a pesar no bolso dos moradores do DF. De acordo com o levantamento realizado pelo Correio, o valor do produto varia entre R\$ 65 e R\$ 80 nas revendedoras. Para quem solicitar a entrega em casa, o preço fica entre R\$ 75 e R\$ 97 nas regiões do DF. No entanto, o aumento ainda não chegou em todos os pontos de revenda.

Para Leandro Rodrigues, vendedor de tintas, morador de Taguatinga, está difícil levar o orçamento até o fim do mês. “Eu acho um preço acima de R\$ 70 muito caro, porque meu salário não aumenta e todo dia tem um aumento diferente, seja na gasolina, seja no gás de cozinha”, afirma o vendedor, que por usar o gás de cozinha com frequência, não sabe como fazer mudanças em sua rotina a fim de economizar.

A dona de casa e moradora de Arniqueiras, Camila Sthefany também se revolta com o reajuste. Por ser mãe de quatro filhos, ela tem muita dificuldade em pagar mais de R\$ 75 em um botijão. “Só hoje, vi lugares vendendo o gás de

cozinha por R\$ 85, é um absurdo”, reclama. Para se adaptar aos preços, a dona de casa ainda precisará reduzir o uso do fogão na hora de cozinhar. “Oitenta reais é coisa demais. Esse aumento vai influenciar até na hora de fazer um bolo ou cozinhar um feijão”.

O gás liquefeito de petróleo (GLP) residencial aumentou entre 3,3% e 3,6% nos polos de suprimento. O valor do botijão de 13 quilos, sem tributo nas distribuidoras, passou de R\$ 25,33 para R\$ 26,20, uma alta de R\$ 0,87 em relação aos preços vigentes desde fevereiro.

A Petrobras informou, em nota, que o reajuste ocorre a cada três meses e o aumento trimestral definido se deve ao cenário internacional do GLP. “Os principais fatores para o ajuste nas refinarias foram a desvalorização do real frente ao dólar e a alta do produto no mercado internacional.”

O presidente da Associação Brasileira dos Revendedores de GLP (Asmirc-BR), Alexandre José Borjaili, vê o aumento do gás como abusivo. “De acordo com a empresa, eles seguem a média do mercado europeu, mas o preço está acima da média. A maioria dos consumidores do GLP são famílias de classe média e baixa, ou seja, usam muito esse gás. A Petrobras produz o gás residencial para o Brasil e compara com os preços internacionais. A população precisa do gás para o combate à fome para fins residenciais, não deveria ser prejudicado.”

**** Estagiárias sob supervisão de Rozane Oliveira***

MME / ASCOM .